

JOSUÉ DE CASTRO: CONSUBSTANCIAÇÃO E MATRIZ DOS ESTUDOS SOBRE A FOME NA HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO NO BRASIL

Antonio Alfredo Teles de Carvalho¹

Não se pode saber Geografia, se não se estuda a história do pensamento geográfico.

Manuel Correia de Andrade, 2002.

Considerações Iniciais

Os vinte derradeiros anos do século passado constituem dois decênios marcantes para os estudos sobre a história do pensamento geográfico no Brasil, assinalando a sua emergência e desenvolvimento dentro do meio acadêmico. Até então, os estudos mais representativos na área consistiam em empreitadas solitárias de dois ícones da Geografia brasileira – *A Geografia no Brasil*, de José Veríssimo da Costa Pereira, artigo integrante da coletânea *As Ciências no Brasil*, organizada por Fernando de Azevedo e publicada pela Editora Melhoramentos de São Paulo em 1955; e *A Geografia no Brasil (1934-1977): Avaliação e Tendências*, de Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, publicado pelo Instituto de Geociências da Universidade de São Paulo, dentro da série Teses e Monografia, em 1980.

Portanto, tardiamente principia aqui, uma tendência iniciada na Europa pelo menos vinte ou trinta anos antes. Na análise de Mamigonian (2003, p. 7), “um século após a consolidação da Geografia, fundada na Alemanha por Alexander von Humboldt e Karl Ritter, e meio século após a consolidação da geografia francesa, fundada por Paul Vidal de La Blache, historicamente a segunda grande escola geográfica do mundo”.

Entretanto, observa Silva (1996, p. 06) que a análise de trabalhos destinados à reflexão em torno da natureza do pensamento geográfico brasileiro, sobretudo numa perspectiva histórica, ainda revela uma lacuna muito grande e ao mesmo tempo sintomática. Trilhando nessa perspectiva conclui que

A tradição desta disciplina constitui-se de uma orientação profundamente pragmática e destituída de uma real e consciente sedimentação teórica. Situação que vem caracterizando a Geografia, ao longo de sua trajetória, como um perfeito exemplo de um saber que não reflete sobre si mesmo e, principalmente, suas relações com seu objeto de análise (SILVA, 1996, p. 06).

¹ Professor Doutor do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, Campus I – Arapiraca. Brasil. E-mail: alfredo.carvalho@uneal.edu.br.

Não obstante a observação do aludido autor, a partir de 1980 estudos dessa natureza passam a despertar maior interesse dos geógrafos brasileiros e, assim, vem à luz significativos trabalhos emanados de investigações desenvolvidas especialmente nos Programas de Pós-Graduação em Geografia – que passaram a se constituir nos centros por excelência dessa produção, inicialmente nas universidades paulistas (sobretudo Universidade de São Paulo e Universidade Estadual Paulista Julio Mesquita Filho – campus de Rio Claro), para posteriormente expandir-se para outras partes do país.

Os primeiros estudos em história do pensamento geográfico no Brasil nos primórdios dos anos 80 versam sobre autores. Nessa perspectiva, expressivos nomes da Geografia universal e brasileira, a exemplo de Max Sorre, Humboldt, Ritter e Ratzel, Aroldo de Azevedo e Delgado de Carvalho constituíram objetos de estudo dos geógrafos brasileiros.

Não se deve, aqui, deixar de destacar, que sintomaticamente, esse despertar para a necessidade de adentrar na análise da história do pensamento geográfico entre os geógrafos brasileiros vai se dar no mesmo momento em que o país começa a conhecer o processo de abertura política, após quase 20 anos de ditadura militar.

Não obstante o isolamento intelectual resultante desse período de exceção, desenvolveu-se aqui uma reflexão e uma crítica aos paradigmas ancorados no positivismo e no neopositivismo, por parte de uma geração de novos geógrafos militantes, que respaldados nas teses marxistas avançaram nos debates de natureza teórica e social. Por conseguinte, as discussões (solitárias) iniciadas décadas atrás por Orlando Valverde, Armen Mamigonian ou Manuel Correia de Andrade, dentre outros, a partir de então, ganham um novo ímpeto.

As novas luzes derivadas dos novos processos em curso alavancaram o estudo e a pesquisa em história do pensamento geográfico, que evoluiu e no limiar dos anos 90 já se afastavam do teor secundário que lhe era conferido e, avançava na consolidação de uma linha de pesquisa que viria a contribuir imensamente no preenchimento das lacunas existentes na área.

No bojo desse processo, subjacente aos contextos reconstituídos, vem à luz as ‘vozes esquecidas’ da Geografia¹, seja através das instituições do saber geográfico, da história da geografia escolar, dos relatos dos viajantes, ou de eminentes mestres que compõem os anais dessa trajetória e, se constituem em referência na análise e entendimento da mesma. Destarte, visitar e pensar a geografia, “também é pensar forçosamente estes personagens em seus contextos”, destaca Gomes (1999, p. 336). E ainda, “vê-los em ação não como seres movidos por uma iluminação em busca de uma verdade transcendente, mas como atores-autores escrevendo uma narrativa, uma história, uma história da geografia (GOMES, 1999, p. 336)”.

Nessa perspectiva, insere-se Josué de Castro – médico e geógrafo brasileiro nascido na cidade do Recife em 1908 e falecido em Paris em 1973. Intelectual crítico da sua realidade e sujeito pensante da Geografia que avançou no desenvolvimento de uma disciplina comprometida com o social, o que é evidente já nos seus primeiros estudos a

¹ Expressão utilizada por Monteiro. Segundo o mesmo, no desenvolvimento desse processo, constatar-se-á, ‘felizmente (ou não), que não temos sido o deserto total das idéias’ (1980, p. 39).

propósito da problemática nordestina e recifense, em especial. Tornando-se, assim, um dos mais conhecidos integrantes da geração de geógrafos dos anos 50, que no dizer de Mamigonian (2004, p. 221), já eram geógrafos pré-existentes e que alcançaram vãos próprios, independentemente da grande renovação ocorrida a partir dos anos de 1930, mesmo tendo acompanhado tal movimento.

O Pensamento Geográfico no Brasil no Segundo Quartel do Século XX

O interstício ora tratado coincide com a implantação de todo o período de vigência do Estado Novo, comandado pelo Presidente Getúlio Vargas, que no dizer de Fausto (2006, p. 185), consiste na figura de maior expressão da história política brasileira do século XX. Daí, ainda que de forma bastante breve, a importância de revisitar a sua política e o seu significado para o país naquele momento. Contudo,

Assinalar a duração e o impacto da figura de Vargas na história contemporânea do Brasil significa procurar compreender por que seu discurso e suas políticas, construídas no marco do pensamento autoritário dos anos 1920-40, encontraram condições tão favoráveis para se estabelecer e, sobretudo, para se transformar e perdurar na memória nacional (CASTRO GOMES, 2005, p.107).

Na verdade, trata-se de questões complexas e que para autora, “exigem respostas que articulem as condições vigentes nos campos político e intelectual, nacional e internacionalmente” (CASTRO GOMES, 2005, p.107).

Nesse sentido, reconstituir ainda que parcialmente, os eventos de maior ressonância do panorama nacional, em consonância com a realidade mundial naquele período mostra-se fundamental a sua apreensão e, por conseguinte, o seu rebatimento nos desdobramentos da política varguista nos diferentes setores da vida brasileira. Ademais, não chega a ser redundante lembrar, que o reconhecimento das metamorfoses processadas dentro do contexto político-econômico-social brasileiro de então, bem como as relações com o mundo exterior, são imprescindíveis a sua melhor compreensão.

Getúlio Vargas chega ao poder em outubro de 1930 como chefe de um governo provisório; em seguida presidente eleito pelo voto indireto da Assembléia Nacional Constituinte de 1934, e ditador com o golpe do Estado Novo em 1937 – que se prolongaria até a sua deposição em 1945. Retornaria cinco anos depois para substituir Eurico Gaspar Dutra que fora eleito democraticamente para o mandato de 1946-1951. Perfazendo, portanto, um período de quinze anos de poder,

A Era Vargas, mormente durante o Estado Novo, seria fortemente marcada pela dissonância que contrapunha, de um lado, a modernização e do outro, o autoritarismo, dimanando o emblema de modernização conservadora; bem como pelo nacionalismo, materializado especialmente na política econômica, não obstante o modelo centralizador, conforme fora salientado. Entrementes, é válido acrescentar que malgrado aquilo que inicialmente se propunha, qual seja, a criação de um capitalismo nacional, ao término desse

período o país encontrava-se subordinado a política de dominação dos Estados Unidos da América.

Depois, o período que se abre com a implantação do Estado Novo não chega a constituir um rompimento com os primeiros sete anos de Vargas no poder. Segundo Fausto (2006, p. 201) “muitas de suas instituições e práticas vinham tomando forma no período 1930-1937”. E complementa,

A partir de dezembro de 1937, elas se integraram e ganharam coerência no âmbito do novo regime a inclinação centralizadora, revelada desde os primeiros meses após a Revolução de 1930, realizou-se plenamente. Os estados passaram a ser governados por interventores, nomeados pelo governo central e escolhidos segundo diferentes critérios. Parentes de Vargas, militares, receberam a designação. De um modo geral, porém, nos maiores Estados algum setor da oligarquia regional foi contemplado (FAUSTO, Op. Cit., p. 201).

A propósito, por mais expressivo que pudesse ser o apoio popular ao seu governo, sabia Vargas que sob certos aspectos não avançaria destituído da oligarquia cafeeira, que a despeito da crise, ainda constituía o grupo econômico mais expressivo do país. Observe-se que a própria crise lhe propiciaria os mecanismos de aproximação com tal grupo, ao lançar-se em sua defesa. Através do Departamento Nacional do Café (DNC) estrategicamente instituído em 1933, o governo passou a comprar a produção que diante da crise ficara sem mercado externo e passou a armazená-la, o que resultaria em grandes estoques que teriam como destino a incineração, quando não jogados ao mar.

Outrossim, outras áreas do setor seriam reorganizadas pelo governo que buscou estimular a diversificação agrícola, criando órgãos de suporte específicos, a exemplo dos Institutos. Em sua quase totalidade concentrados no Rio de Janeiro, então capital federal e centro aglutinador de poder, especialmente o poder público. Todavia a partir da instituição do Estado Novo a política econômica seria redirecionada e a industrialização por substituição de importações ganharia força.

Assim, uma linha desenvolvimentista pragmática referendada pelo nacionalismo ganharia fôlego também passaria a constituir o paradigma a permear as discussões em torno das questões econômicas do país. Importantes órgãos e entidades são instituídos objetivando o alargamento de setores preexistentes, a exemplo dos institutos, ou aqueles direcionados à elaboração do planejamento e sua execução (Comissão de Planejamento Econômico, Coordenação de Mobilização Econômica, Conselho Nacional do Petróleo, Conselho Nacional de Geografia, etc.); grandes estatais são implantadas (Companhia Siderúrgica Nacional, Companhia Vale do Rio Doce e Companhia Hidrelétrica do São Francisco).

Afora isso, o populismo que caracterizava o governo tornar-se-ia em um meio de viabilização das ações do Estado que passaria a atuar como coordenador e planejador econômico de uma nova sociedade brasileira. Isto é, urbano-industrial em detrimento da sua tradicional condição de agrário-exportadora.

Em meio a todo esse contexto, uma tendência esboçada desde os primórdios dos anos 30, ganha consistência, a idéia de Brasil Moderno. É a partir de então que o país trilha novas perspectivas visando adentrar no ritmo da história. No dizer de Ianni (1996, p. 29), “tornar-se contemporâneo do seu tempo, organizar-se segundo os interesses dos seus setores sociais mais avançados”.

Em meio a essa realidade o país vira a nascer, dentro de um sistema educacional caracterizado pelo autoritarismo conservador, as suas duas primeiras universidades. Pois como bem ressalta Monteiro (2002, p. 1) “diferentemente da colonização espanhola, implantadora de Universidades no Novo Mundo Americano, a portuguesa disso não se ocupou”. Assim, só em 1934 seria implantada a primeira universidade brasileira, a Universidade de São Paulo - USP, e no ano seguinte a Universidade do Distrito Federal – UDF, no Rio de Janeiro.

Com a emergência da universidade dar-se-ia a institucionalização da Geografia, inicialmente na Universidade de São Paulo, dentro da sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, onde fora implantado o primeiro curso no Brasil. Sendo, portanto pioneira, e historicamente a maior responsável pelo desenvolvimento das investigações e estudos geográficos e, por isso mesmo, segundo Pereira (1994, p. 438), responsável pela “grande missão de preparar professores de geografia para o curso secundário, e, concomitantemente, encaminhar seus alunos para a pesquisa geográfica no campo”. Porém é importante lembrar que para tanto houve a necessidade de recorrer a vinda de mestres estrangeiros com formação na área, para formar as primeiras gerações de profissionais.

Não será exagero afirmar que “muitas carreiras universitárias de europeus (franceses notadamente) tiveram nestes ‘tristes trópicos’ seu início”. Dentre os nomes que aqui desembarcaram através dessas missões, estão Fernand Braudel, Claude Lévi-Strauss, Pierre Monbeig, Roger Bastide, Ungaretti, criando uma tradição de raízes profundas e fisionomia marcada (MOTA, 1994, p. 33),

Naquele momento cabia especialmente, aos advogados e engenheiros ministrar aulas de Geografia no ensino médio ou em algum curso de nível superior que oferecesse a disciplina. Assim, quando da implantação da Universidade de São Paulo, as missões culturais européias propiciariam a vinda de mestres ou futuros mestres para o Brasil. Na verdade,

O papel central desempenhado pela missão francesa na montagem e vertebração institucional e doutrinária da Faculdade de Filosofia significou uma ruptura com os centros tradicionais de ensino superior de implantação mais antiga, mormente com a mentalidade jurídica. Esse experimento paulista não encontrou terreno favorável para prosperar, nessa mesma época, em nenhum outro estado ou instituição universitária do país (MICELLI, 2001, p. 21).

Com a primeira missão francesa viera Pierre Deffontaines, que chega a São Paulo em 1934 com a responsabilidade de implantar a Cadeira de Geografia do curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Assim o fez, e no ano subsequente parte para o Rio de Janeiro com a mesma finalidade. Vai repetir na nascente Universidade do Distrito Federal o que fizera na capital paulista.

Essa transferência de Deffontaines resultaria na vinda de um outro professor francês para assumir o lugar por ele deixado. Trata-se de Pierre Monbeig, que por onze anos permaneceu no Brasil e assim, formou as primeiras gerações de geógrafos de São Paulo. No decorrer desse tempo deu continuidade e solidificou o trabalho iniciado por seu patricio, tornando-se doravante um ícone da Escola Paulista de Geografia (e da geografia brasileira, obviamente).

No Rio de Janeiro a Universidade do Distrito Federal teria vida curta, pois com o advento do Estado Novo seria dissolvida e passaria a constituir a Faculdade Nacional de

Filosofia da Universidade do Brasil, instituída pela Lei nº 452 de 05 de julho de 1937. Ali, assim como ocorrera na Universidade de São Paulo, seja na UDF ou na FNF/UB, o curso implantado fora Geografia e História. Essa junção reproduzia o modelo francês tradicional, que segundo Geiger, (1988, p. 61), “refletia certa influência do pensamento de Ritter. Discípulo de Hegel, era ele um dialético idealista que, opondo-se à lógica formal kantiana, encarava os fatos geográficos numa perspectiva de processo”.

A atuação dos dois mestres franceses, acrescida de Francis Ruellan – igualmente francês, foi fundamental para o desenvolvimento da Geografia no Brasil. Ruellan, que aqui chegara em 1940 como adido militar e coordenador das relações militares do seu país no continente, até 1956 esteve ligado a Universidade do Brasil e ao Conselho Nacional de Geografia, na condição de consultor técnico, dedicando-se ao ensino e a pesquisa, especialmente em Geomorfologia, sua especialidade, e constituindo-se em uma das maiores referências da geografia carioca, mas

Embora seja inegável que, com a criação dos cursos universitários, a geografia atingiu um patamar novo em seu processo de desenvolvimento no Brasil, fixar o seu nascimento em meados da década de 30 acaba por encobrir o importante papel que vinha desempenhando, já há 25 anos, aquele que foi o verdadeiro introdutor da chamada escola francesa no país: Carlos Delgado de Carvalho (ABREU, 1994, p. 2002).

Nascido na França, filho de pais brasileiros, Delgado de Carvalho é apontado por inúmeros autores como introdutor do país no circuito dos modernos conhecimentos geográficos e, por isso mesmo, identificado como um marco para a moderna geografia científica no país.

A permanência desses mestres no país, mais a passagem menos duradoura ou simples visitas de outros tantos, a exemplo de Emmanuel De Martonne, Pierre Gourou e, mais adiante, Jean Tricart, Michel Rochefort e Jacqueline Beaujeu-Garnier, dimanou e difundiu no país uma geografia calcada na “orientação da Escola Francesa sob a égide lablachiana” (Monteiro, 1980, p. 14) que aqui predominou do decênio de 1930 até meados de 1950. Momento em que se realiza no Rio de Janeiro, o XVIII Congresso Internacional de Geografia sob os auspícios da União Geográfica Internacional – UGI. Onde já é possível perceber indícios de mudanças no que se refere ao paradigma vidalino.

Contudo convém não esquecer o papel desempenhado pelo geógrafo alemão Léo Waibel, que permaneceu no Brasil durante toda a segunda metade do decênio de 1940. Contratado pelo Conselho Nacional de Geografia – CNG como assistente técnico, desenvolveu pesquisas que “renovaram e inovaram temas e abriram novas direções para o estudo da geografia brasileira” (BERNARDES, Op. Cit., p. 523). Para Monteiro (1980, p. 14). “A influência norte-americana menos clara, não é desprezível”. Hartshorne (1939) já faz sentir os ecos de suas preocupações sobre a ‘essência’ da geografia. A abordagem de Preston James (Outline of Geography) sobre os gêneros de vida nas grandes paisagens vegetais do globo é, sobretudo visível no Rio.

Na esteira desse processo, cada um deixou a sua contribuição na formação de uma cultura geográfica no país, fazendo germinar, crescer, florescer e frutificar a semente lançada por Deffontaines, que “ligou definitivamente o seu nome à moderna orientação dos estudos geográficos no Brasil” (PEREIRA, Op. Cit., p 438). Suas atividades perpassaram a esfera da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo para um

universo mais amplo através de uma série de grandes realizações. Dentre as quais a criação da Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB, em setembro de 1934, conforme atesta a sua ata de fundação. Repetia-se aqui o que era freqüente na Europa, onde após a criação dos cursos de universitários de Geografia, surgiam novas sociedades de profissionais independente daquelas já existentes (GEIGER, Op. Cit., p. 667).

Reuniu inicialmente não apenas Pierre Deffonatinés e seus alunos de Geografia e História, mas também grandes intelectuais como Caio Prado Júnior, Luiz Flores de Moraes Rego e Rubens Borba de Moraes. Posteriormente tomou uma dimensão nacional. Porém “desde o início num lugar mais criativo do que o próprio Curso de Geografia e História” (MAMIGONIAN, 1991, p. 158). Na verdade, só a partir de 1944 após um acordo entre os geógrafos paulistas e cariocas tornar-se-ia nacional, o que se concretizaria na Assembléia Geral realizada em Lorena (SP) no ano seguinte.

Tão significativo fora o papel desempenhado pela AGB na formação do pensamento geográfico brasileiro, que a partir da realização das suas assembléias anuais, “tornou ‘venerandas’ as sociedades de geografia que lhe antecederam, algumas existentes há bastante tempo” (ABREU, Op. Cit., 217).

Foi, portanto de grande importância naquele momento, especialmente por constituir-se numa entidade cultural que também era ponto de encontro dos novos profissionais, espaço de troca de idéias e debates, divulgação de trabalhos, confronto de correntes e dos seus valores políticos. Juntamente com o Conselho Nacional de Geografia (CNG), alavancaram o processo de consolidação e desenvolvimento da geografia no Brasil iniciado pelas Faculdades de Filosofia.

O Conselho Nacional de Geografia (CNG) foi criado por decreto do Governo Federal em 24 de março de 1937, sendo assim, um ato do Estado Novo, conforme evidenciado anteriormente. Nascera com algumas atribuições, a exemplo do levantamento da carta do Brasil ao milionésimo e o planejamento e realização do censo demográfico de 1940. Ademais, compunha o projeto varguista de conhecimento e controle do território nacional, ao mesmo tempo em que contribuía à materialização do paradigma da ‘modernização’ em que adentrava o país, amplamente difundido pelo Governo, e que fazia-se sentir, inclusive entre a classe intelectual da época. Fora implantado dentro do Conselho Nacional de Estatística, criado em 1934 (mas só instalado dois anos depois). Em 1938 passariam a formar um único órgão, o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, autarquia subordinada a Presidência da República.

Mas a criação do CNG também consistiu na atuação da União Geográfica Internacional – UGI, no jogo hegemônico através da difusão de idéias, cultura, técnicas; visto que anos antes, De Martonne, seu presidente, estivera no Brasil e solicitara a adesão do país a mesma (GEIGER, Op. Cit., p. 62). Por conseguinte, do ponto de vista formal, a fundação do CNG foi para servir de instrumento a esta adesão.

Trilhando esse percurso nasceu e desenvolveu-se a Geografia no Brasil. Porém, dentro dessa trajetória convém não olvidar a contribuição de grandes mestres brasileiros, a exemplo de Arthur Ramos, Alberto Lamego, Victor Ribeiro Leuzingner e Josué de Castro, dentre outros, que tiveram significativa importância nesse processo.

Josué de Castro e a Consolidação de uma Matriz

Na verdade, Josué ganhará notoriedade por trazer à luz um tema inédito, atípico e até, pode-se afirmar, antigeográfico em meio a geografia praticada na sua época. Trata-se da fome, seu tema de estudo ao longo da vida, e do qual viria a tornar-se uma das maiores autoridades mundiais. No prefácio do livro *Homens e Caranguejos*, Josué relata os seus primeiros contatos com a fome nos alagados da capital pernambucana. Diz Josué:

Não foi na Sorbonne, nem em qualquer outra universidade sábia, que travei conhecimento com o fenômeno da fome. O fenômeno se revelou espontaneamente a meus olhos nos mangues do Capibaribe, nos bairros miseráveis da cidade: Afogados, Pina, Santo Amaro, Ilha do Leite. Esta é que foi a minha Sorbonne: a lama dos mangues do Recife, fervilhando de caranguejos e povoada de seres humanos feitos de carne de caranguejo, pensando e sentindo como caranguejo (...) Seres humanos que se faziam assim irmãos de leite dos caranguejos (CASTRO, 2001, p. 10).

Nasceu no dia 05 de setembro de 1908 na cidade do Recife. Cidade dos rios, das pontes e das antigas residências palacianas; também cidade dos mocambos. Segundo o autor,

Nasci numa rua que tinha o nome ilustre de Joaquim Nabuco, o grande abolicionista dos escravos nos tempos do Império. A casa que nasci tinha ao lado um grande viveiro de peixes, de caranguejos, e siris. Se não nasci mesmo dentro do viveiro, com os caranguejos, já com dois anos estava dentro dele (CASTRO, 2001, p. 16).

E, mais adiante, continua relatando a infância às margens do Rio Capibaribe ao mesmo em que recupera as suas origens...

Criei-me nos mangues lamacentos do Capibaribe, cujas águas fluindo diante dos meus olhos ávidos de criança, pareciam estar sempre a me contar uma longa história. O romance das longas aventuras de suas águas descendo pelas diferentes regiões do Nordeste: pelas terras cinzentas do Sertão seco, onde nasceu meu pai e de onde emigrou da seca de 1877 com toda a família, e pelas terras verdes dos canaviais da Zona da Mata, onde nasceu minha mãe, filha de senhor de engenho (CASTRO, 2001, p. 18).

Esse contato precoce com os mangues do Capibaribe despertou-lhe para a miséria que assolava especialmente as populações ribeirinhas da capital pernambucana. Na sua concepção os mangues do Capibaribe constituem o paraíso dos caranguejos, onde tudo é, foi ou está para ser caranguejo, inclusive a lama e o homem que nela vive. Rumando nessa perspectiva desenvolveu a teoria do Ciclo do Caranguejo:

A lama misturada com urina, excrementos e outros resíduos que a maré traz, quando ainda não é caranguejo, vai ser. O caranguejo nasce nela, vive dela. Cresce comendo lama, engordando com as porcarias dela, fazendo com lama a carinha branca de suas patas e a geléia esverdeada de suas vísceras pegajosas. Por outro lado o povo daí vive de pegar caranguejo, chupar-lhes as patas, comer e lamber os seus cascos até que fiquem limpos como um copo. E com a sua carne feita de lama fazer a carne do seu corpo e a carne do corpo de seus filhos (...) O que o organismo rejeita, volta como detrito, para a lama do manguê, para virar caranguejo outra vez (CASTRO, 1968, p. 26).

Tal teoria aparece como uma luz a alumiar os seus primeiros escritos sobre alimentação, quase sempre centrados na cidade do Recife. Desde então trilhou pelos

meandros do entendimento do espectro da fome em diferentes escalas, analisando-a como consequência dos processos sócio-econômicos.

Em 1929, aos vinte e quatro anos, se forma médico pela Faculdade Nacional de Medicina, no Rio de Janeiro, depois de cursar os dois primeiros na Faculdade de Medicina da Bahia. Depois de formado Josué regressa ao Recife e passa a atuar como médico fisiologista, e ainda numa grande fábrica da cidade a fim de verificar as condições de saúde do operariado. Acorado nessa experiência viria a realizar um levantamento acerca das condições de vida das classes operárias do Recife por meio do Departamento Estadual de Saúde. Esse levantamento, ou inquérito é ressaltado unanimemente por todos aqueles que adentraram no universo castrino pelo seu pioneirismo. Com efeito, teve grande repercussão na época e serviu de inspiração para outros, posteriormente realizados no país e, que viriam a auxiliar o governo Vargas na implantação do salário mínimo.

O inquérito consistiu na aplicação de questionários entre famílias de bairros e/ou localidades habitadas pelo proletariado a fim de verificar o percentual da renda mensal utilizado na aquisição de alimentos. Assim ele foi a campo e, de acordo com Montenegro (1983, p. 211), “dessa vez era o Governo que ele levava ao manguê”. Constatou que 70% do que recebiam era para gastar com alimentos.

Juntamente com um grupo de intelectuais pernambucanos, liderados por ele e o Professor Aníbal Bruno funda a Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais do Recife. Esta Escola teve larga repercussão no meio intelectual da cidade, bem como do Estado. Ademais, constitui um marco na história do ensino superior em Pernambuco, seja pelo pioneirismo, seja pela proposta. Na nova Faculdade, foi vice-diretor e professor de Antropogeografia Social, que na sua concepção consistia numa introdução geográfica à História e à Sociologia. Certamente esse foi o seu primeiro contato com a Geografia na condição de docente.

Não obstante o êxito logrado seja na Faculdade de Medicina, seja na Faculdade de Filosofia, e ainda a atividade médica, em 1935 Josué resolve voltar para o Rio de Janeiro e ingressa na Universidade do Distrito Federal (UDF) como professor de Antropologia Física em 1936. Porém, a UDF teria vida curta e seria extinta com o advento do Estado Novo, passando a constituir a Faculdade Nacional de Filosofia da nascente Universidade do Brasil. Nesse processo a cadeira lecionada por Josué fora suprimida e em 1940, após uma breve passagem pela Itália ele passa a lecionar na FNF/UB. Através de um Decreto de 02 de julho de 1940, Josué assume interinamente a Cátedra de Geografia Humana até 1948, quando se realiza o concurso e torna-se titular.

A partir desse momento aproxima-se e vincula-se mais diretamente aos projetos mais amplos do governo constituindo-se em um importante aliado de Vargas (MAGALHÃES, 1996, p. 47). Chefiou o Serviço Técnico de Alimentação Nacional - STAN, organizou e dirigiu o Serviço Central de Alimentação, que originou o Serviço de Alimentação da Previdência Social – SAPS; foi vice-diretor da Comissão Nacional de Bem-Estar Social e integrou a Comissão Nacional de Reforma Agrária. Foi também representante do país em importantes fóruns de debates e planejamento de políticas alimentares, integrou e dirigiu entidades e associações, e lecionou como catedrático a cadeira de nutrição do curso de sanitaristas do Departamento Nacional de Saúde. Os

resultados exitosos concederam-lhe as prerrogativas de principal autoridade seja do saber, seja da política de alimentação no país e reconhecimento internacional.

Também se inicia na política dentro do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB e ao longo desse período (entre os anos 30 e os anos 50) publica o que há de mais expressivo no conjunto da sua obra, desde “A Alimentação Brasileira à Luz da Geografia Humana”, publicado em 1937, aos clássicos “Geografia da Fome” e “Geopolítica da Fome” em 1946 e 1951 respectivamente, onde delata as causas e efeitos de espectros como a miséria, o subdesenvolvimento, mas, sobretudo, a fome, a qual desmistificou e mostrou ao mundo como fenômeno criado pelo homem e que o tem acompanhado desde os tempos mais remotos.

Vale observar que na Geografia Clássica, a alimentação aparece como tema de destaque, com frequência compondo um capítulo ou subcapítulo de uma considerável parte das obras publicadas na primeira metade do século passado. Especialmente aquelas de autores franceses ou então vinculados a Escola Francesa, em face a importância por essa dispensada ao estudo dos gêneros de vida. No dizer de La Bache (1954, p 195) “entre as relações que ligam o homem a um certo meio, uma das mais tenazes é a que aparece quando se estudam os modos de alimentação”. E, complementa,

O vestuário e o armamento são muito mais sujeitos a modificações sob a influência do comércio, do que o regime alimentar, por meio do qual, empiricamente, os diferentes grupos recorrem as necessidades do organismo conforme os climas em que vivem (LA BHACHE, 1954, p 195).

Entretanto, conforme afirmado, essa importância estava vinculada aos gêneros de vida e não passará de uma descrição a propósito do sistema alimentar das diversas áreas do planeta. Consistindo, pois, num estudo geográfico da alimentação, igualmente ao que se fazia com a etnia, com as línguas, com a religião etc. Contudo, aponta Max Sorre (1958, p. 224) que a Geografia da Alimentação consiste no capítulo inicial de toda a Geografia Humana. E tem como objetivo averiguar em que medida e quais os meios os grupos humanos atendem ao crescimento do organismo e lhe proporcionam materiais energéticos, conforme o mestre francês no segundo capítulo (Consistência do Ecúmeno) do seu clássico “El Hombre en la Tierra” (SORRE, 1967, p. 32).

Perceba-se que não se fala em fome, mas em alimentação ou subalimentação. E tal questão não é uma exclusividade do pensamento sorriano ou vidalino. Aliás, na síntese da sua trilogia, ora citada, Sorre (1967, p. 32) já utiliza a expressão ancorado em Josué de Castro, ao afirmar que

A importância de muitos regimes por satisfazer as necessidades dos grupos humanos faz que concentremos nossa atenção em um último problema: a fome. Seguindo o exemplo de Josué de Castro, que tem escrito sobre a geografia da fome, situemos ao lado das fomes, as carestias e os déficits alimentares. Se é que se pode falar assim, junto a fome absoluta, a fome de tal o qual elemento ausente de regime ou pouco representado nele.

Até o advento da obra seminal de Josué de Castro, “Geografia da Fome”, em 1946, assim era. E isso pode ser comprovado na obra do próprio Josué, que em 1937 publica “A Alimentação Brasileira à Luz da Geografia Humana”, um importante livro sobre a questão alimentar, onde o autor não chega a falar em fome. Contudo, deve-se aludir a importância desse livro, onde a Geografia pela primeira vez toma lugar central no conjunto da sua obra,

e por constituir uma espécie de prévia daquele que seria o seu trabalho mais divulgado (Geografia da Fome). A despeito do que se dera no meio geográfico, que não despertou maior interesse, tivera o livro uma aceitação considerável fora dela, sendo agraciado com o prêmio da Casa dos Amigos de Alberto Torres.

Depois de dois livros de fôlego – “O Problema da Alimentação no Brasil” e “Alimentação e Raça” – centrados na questão nutricional numa perspectiva mais técnica, em “A Alimentação Brasileira à Luz da Geografia Humana”, Josué sem abandonar os rumos trilhados anteriormente, passa a discutir a questão contemplando o fator social de forma mais clara e objetiva, buscando aporte na ciência geográfica. Ainda que evidencie que o mesmo não se trata de uma monografia geográfica, não obstante a afirmação de que fora orientado sob a inspiração do espírito geográfico.

Respaldo nos princípios geográficos, o autor faz uma análise destacando a significativa importância da alimentação como fator econômico e social, ao mesmo tempo em que procura estabelecer um diálogo com La Blache que no seu entender orientou a Geografia Humana num sentido de melhor análise e maior prudência, ao encarar as influências mútuas entre o homem e o meio. Criando assim, a noção de relações ativas, em lugar das influências deterministas do meio sobre o homem (...) Daí em diante, o estudo da ação do meio saiu do terreno das hipóteses obscuras para o campo claro das conexões, as inter-relações, conceitos hodiernos da moderna geografia, que deixou de ser a simples descrição da terra para ser a ciência da terra (CASTRO, 1937, p. 112).

Considerações Finais

Até o seu afastamento definitivo da Cátedra de Geografia Humana da Faculdade Nacional de Filosofia em 1954, Josué de Castro havia produzido cinco importantes obras de maior interesse geográfico: (1) A Alimentação Brasileira à Luz da Geografia Humana (1937); (2) Geografia Humana – Estudo da Paisagem Cultural do Mundo (1939); (3) Geografia da Fome (1946); Fatores de Localização da Cidade do Recife (1948), e Geopolítica da Fome (1951). Porém é com Geografia da Fome que o autor vem a se afirmar em definitivo como um pensador do seu tempo, como médico, mas, sobretudo, como geógrafo. Repare-se que o trabalho principiado nove anos antes, chegara ao seu ápice, partindo-se do princípio que Geografia da Fome tornara-se uma referência e, como dito em páginas anteriores, um imperativo no estudo da fome. Ou dito de outra forma, uma matriz, a principal matriz dos estudos sobre a fome no Brasil e, por conseguinte, na história do pensamento geográfico brasileiro. Assinala a introdução do tema na disciplina, que vai ser utilizada por Josué como um meio eficaz para denunciá-la.

Nessa perspectiva rompe com o silêncio em torno da fome e com os paradigmas que a explicavam como um fenômeno natural. Ele vai apontar este espectro e a miséria que assolam o país como conseqüências das estruturas sociais defeituosas historicamente herdadas e nesse sentido, irá instituir uma nova forma de analisar estes fenômenos, elucidando as razões pelas quais não se explica o país, como as coisas se processaram, porquê e os seus efeitos.

Esta análise inaudita, permeada de delato causara grande impacto quando do seu lançamento. A propósito, em matéria para o jornal Correio Paulistano, em 22 de janeiro de 1947, escrevera Nelson Werneck Sodré

Trata-se de um trabalho feito com segurança, baseado em demoradas pesquisas e cujas conclusões, se disseníveis por vezes, merecem sempre atenção. Especialista em nutrição, o autor não é um desses estudiosos que se deixa obcecar, por uma face do problema, sacrificando-lhe a sua riqueza de conteúdo e as contribuições que os demais ângulos podem oferecer (SODRÉ, 1947).

Geografia da Fome, na verdade, representa concretamente, um momento importante na obra do autor. Percebe-se a preocupação de refinar o conceito de fome, o que marca uma mudança em relação à produção anterior. “Se, em seus primeiros escritos, a fome, a subnutrição e o problema alimentar aparecem, freqüentemente como sinônimos, neste último trabalho Josué de Castro explora, exatamente, o eixo principal de suas formulações (...) O livro demonstra, ainda, que algumas reorientações em seu pensamento que, para maior compreensão, necessita de uma aproximação não só com a trajetória pessoal do autor, como também com as mudanças na conjuntura histórica e social do País nos primeiros anos da década de 40” (MAGALHAES, 1997, p. 45).

Logo no prefácio, destaca o autor, ser assunto do livro bastante delicado e perigoso e, por assim ser, era tido como tabu. Destacava ainda, ser “estranho e chocante num mundo como o nosso, caracterizado por tão excessiva capacidade de escrever-se e de publicar-se, haja até hoje tão pouca coisa escrita acerca do fenômeno da fome em suas diferentes manifestações” (CASTRO, 1967, p. 11). Ao buscar desvendar os motivos desse silêncio, Josué adentra nas verdadeiras causas da fome e começa mostrá-la como uma praga fabricada pelo homem, concebendo o caso brasileiro como consequência de um passado histórico marcado pela exploração desde os tempos coloniais, que ensejara uma situação de desajuste econômico e social. Situação que se agravaria nos tempos mais recentes com a inoperância do Estado, que a despeito dos interesses sociais, estava mais voltado aos interesses privados e dos monopólios estrangeiros. Conclui, assim, que

A fome no Brasil, que perdura, apesar dos enormes progressos alcançados em vários setores de nossas atividades, é consequência, antes de tudo, de seu passado histórico, com os seus grupos humanos, sempre em luta e quase nunca em harmonia com os quadros naturais (...) por inabilidade do elemento colonizado, indiferente a tudo que não significasse vantagem direta e imediata para os seus planos de aventura mercantil. Aventura desdobrada em ciclos sucessivos de economia destrutiva (CASTRO, 1967, p. 264).

Analisando e procurando alternativas para superação das realidades emanadas desse processo, Josué mapeou a fome no país e identificou três tipologias distintas de fome – fome endêmica, epidemias de fome e subnutrição configuradas nas cinco áreas por ele delimitadas: *Amazônia, Nordeste Açucareiro, Sertão Nordestino, Centro-Oeste e Extremo Sul*, cada uma apresentando uma dieta alimentar peculiar condicionada pelos fatores históricos e culturais.

Certamente este foi o primeiro mapa da fome feito no Brasil, não obstante o esboço apresentado em *A Alimentação Brasileira à Luz da Geografia Humana*. A partir dele Josué também identificou e espacializou as principais carências alimentares e mostrou que em qualquer uma das cinco áreas que compunham o mosaico alimentar brasileiro não se dispunha de todas as substâncias essenciais ao metabolismo basal.

Rumando nessa perspectiva, provou que qualquer tentativa de mostrar a fome como um fenômeno natural, que obedece a uma lei específica da natureza, não faz qualquer sentido e, que o estudo do seu quadro carece de bases geográficas como provou através do livro *Geografia da Fome*, que não por acaso tornou-se um significativo aporte ao seu estudo. Matriz para os estudos sobre a fome no Brasil e na história do pensamento geográfico brasileiro.

Referências

ABREU, Maurício de Almeida. O Estudo Geográfico da Cidade no Brasil: evolução e avaliação. In: CARLOS, Ana Fani. A. (Org.) **Os Caminhos da Reflexão sobre a Cidade e o Urbano**. São Paulo: Edusp, 1994. p. 199-222.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Uma Geografia para o Século XXI**. Recife: CEPE, 1993.

_____. O Pensamento Geográfico e a Realidade Brasileira. In: **Boletim Paulista de Geografia**. n 54. São Paulo: AGB, 1977. p. 5-28;

BERNARDES, Nilo. A Influência Estrangeira no Desenvolvimento da Geografia no Brasil. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, p. 519-527. jul/set, 1982.

CASTRO, Anna Maria de. **Fome, um Tema Proibido**: os últimos escritos de Josué de Castro. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1984. (3 ed. Recife: CEPE, 1996).

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da Fome** (ensaio sobre os problemas de alimentação e de população). 8. ed. (rev/aum.). São Paulo: Brasiliense, 1968. 2 v.

_____. **Geografia da Fome - o dilema brasileiro: pão ou aço**. 10 ed. São Paulo: Brasiliense, 1967.

_____. **Fatores de Localização da Cidade do Recife** – um ensaio de geografia humana. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948. (Reeditado em 1954 como “A Cidade do Recife: ensaio de geografia urbana”, pela Casa do Estudante do Brasil. Rio de Janeiro).

_____. **Geografia Humana**: estudo da paisagem cultural do mundo. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1939.

_____. **A Alimentação Brasileira à Luz da Geografia Humana**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2006.

GEIGER, Pedro P. Industrialização no Brasil, Conhecimento e Atuação da Geografia. In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, 1988. v. 50, n. especial, tomo 2, p. 59-84.

GOMES, Ângela de Castro. Autoritarismo e Corporativismo no Brasil: o Legado de Vargas. In: **Revista USP**, n 65, mar/mai. São Paulo: Edusp, 2005, p. 105-119.

GOMES, Paulo César da C. Culturas Teóricas, Culturas Políticas no Espaço Geográfico. In: CASTRO, Iná Elias. de et al (Orgs.) **Redescobrimo o Brasil** : 500 anos depois. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. p. 335-339.

IANNI, Octávio. **A Idéia de Brasil Moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

LA BLACHE, Paul Vidal de. **Princípios de Geografia Humana**. 2 ed. rev. Lisboa: Cosmos, 1954.

MAGALHÃES, Rosana. **Fome: uma (Re)leitura de Josué de Castro**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.

_____. MAGALHÃES, Rosana. **A Fome no Pensamento de Josué de Castro**. Dissertação (Mestrado). Escola Nacional de Saúde Pública – FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 1992.

MAMIGONIAN, Armen. **Estudos de Geografia Econômica e de História do Pensamento Geográfico**. Tese (Livre Docência). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP. São Paulo, 2005.

_____. A Escola Francesa de Geografia e o Papel de André Cholley. In: **Cadernos Geográficos**. n. 6. Florianópolis: Imprensa Universitária, 2003.

_____. A AGB e a Produção Geográfica Brasileira: avanços e recuos. In: **Terra Livre**. n. 8. Porto Alegre: Marco Zera/AGB, 1991. p. 157-162.

MICELI, Sérgio. Por uma Sociologia das Ciências Sociais. In: _____. **História das Ciências Sociais no Brasil**. 2 ed. rev. vol. I. São Paulo: Sumaré, 2001. p. 11-28.

MONTEIRO, Carlos Augusto de F. A Geografia no Brasil ao Longo do Século XX: Um Panorama. In: **O Borrador**, n. 04, da AGB – São Paulo. São Paulo, 2002.

_____. **A Geografia no Brasil (1934-1977): avaliação e tendências**. São Paulo: Instituto de Geografia da USP, 1980.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da Cultura Brasileira (1933 – 1974) – pontos de partida para uma revisão histórica**. 9 ed. São Paulo: Ática, 1994.

PEREIRA, José Veríssimo da Costa. A Geografia no Brasil. In: AZEVEDO, Fernando de (Org.). **As Ciências no Brasil**. V. I. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994. p. 349-461.

SILVA, Jorge Luiz Barcellos da. **Notas Introdutórias de um Itinerário Interpretativo sobre a Formação do Pensamento Geográfico Brasileiro**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP. São Paulo, 1996.

SODRÉ, Nelson Werneck. Geografia da Fome. In: **Correio Paulistano**, São Paulo, 22 de janeiro de 1947.

SORRE, Max. **El Hombre em la Tierra**. Barcelona: Editorial Labor, 1967.

_____. A Fome sem o Véu Discreto da Fantasia. In: **O Drama Universal da Fome**. Rio de Janeiro: Ascofam, 1958. p. 243-247.